



香山县



前山寨



澳門門

Actividades dos Portugueses nos Mares da China nos Primórdios da Demanda da Ásia

LI JINGMING*

Logo no início dos seus esforços para “descobrir” a Ásia, os portugueses mostraram grande interesse pela China. No dia 13 de Fevereiro de 1508, Diogo Lopes de Sequeira partiu de Lisboa para “descobrir” toda a região a oeste da ilha de S. Lourenço, até Malaca.

Chegou a Malaca, com instruções de D. Manuel, que diziam: “perguntareis pelos chineses; e de que parte vêm; e de quão longe; e de quanto em quanto [tempo] vêm a Malaca ou aos lugares em que tratam; e [quais] as mercadorias que trazem; e quantos navios deles vêm cada ano; e [perguntareis] pelas feições dos seus navios; e se tornam [à China] no ano em que vêm; e se têm feitores ou casas em Malaca ou em outra alguma terra; e se são mercadores ricos; e se são homens fracos, se guerreiros; e se têm armas ou artilharia; e que vestidos trazem; e se são grandes homens de corpos; e toda a outra informação deles; e se são cristãos, se gentios; ou se é grande terra a sua; e se têm mais de um rei entre eles; e se vivem entre eles mouros ou outra alguma gente que não viva na sua lei ou crença; e, se não são cristãos, em que crêem ou a [que ídolos] adoram; e que costumes guardam; e para que parte se estende a sua terra; e com quem confinam.”

No dia 11 de Setembro do ano seguinte Diogo Lopes de Sequeira chegou a Malaca e encontrou 3 a 4 juncos chineses ancorados no porto, mas não conseguiu cumprir plenamente a missão de que ia incumbido, pois, devido à hostilidade dos malaios, não pôde aproximar-se, vendo-se assim obrigado a regressar a Portugal em 1510, sem obter as informações que o rei pedira.¹

Em 1514, o novo governador de Malaca, Jorge de Albuquerque, achando que a situação estava

tranquila, pôde então dirigir a sua atenção para “descobrir a China”, mandou Jorge Álvares à China. Este, quando chegou a Cantão, levantou o Padrão de seu rei na ilha de Tun Men [Tamão, 屯门] a fim de marcar a “descoberta” da China pelos portugueses.²

Dois anos depois, outro português, Rafael Perestrelo, chegou também à China numa embarcação vinda de Malaca.³

A partir daí, as actividades comerciais e de contrabando dos portugueses desenvolveram-se durante cerca de meio século nos mares do Sudeste da China.

OS PORTUGUESES EM CANTÃO E TUN MEN

Certos historiadores consideram que os portugueses apareceram nos mares da Ásia Meridional numa altura muito boa, pois que, naquele tempo, já passara a época mais próspera da dinastia Ming. Não só o domínio da corte já era fraco e impotente, como o império decaíra dezenas de anos antes, com as suas forças militares muito reduzidas no controle da Ásia Meridional.

Se os portugueses tivessem chegado 80 a 90 anos antes, teriam encontrado um império muito diferente, com grandes frotas impondo grande respeito aos povos locais, comandadas por Zheng He [Tchean Uó, 郑和] no Mar do Sul da China. Deste modo, qualquer tentativa de conquista dos portugueses teria sido derrotada pelos chineses, transformando as suas aventuras (dos portugueses) na Ásia Meridional numa ilusão.⁴ Caso esta versão seja lógica, pode então dizer-se que a chegada dos portugueses a Cantão, no século XVI, também ocorreu numa boa época, pois já havia uma “abertura” na proibição marítima promulgada pelas autoridades chinesas da dinastia Ming, legalizando a entrada dos navios mercantes estrangeiros, não tributários, em Cantão.

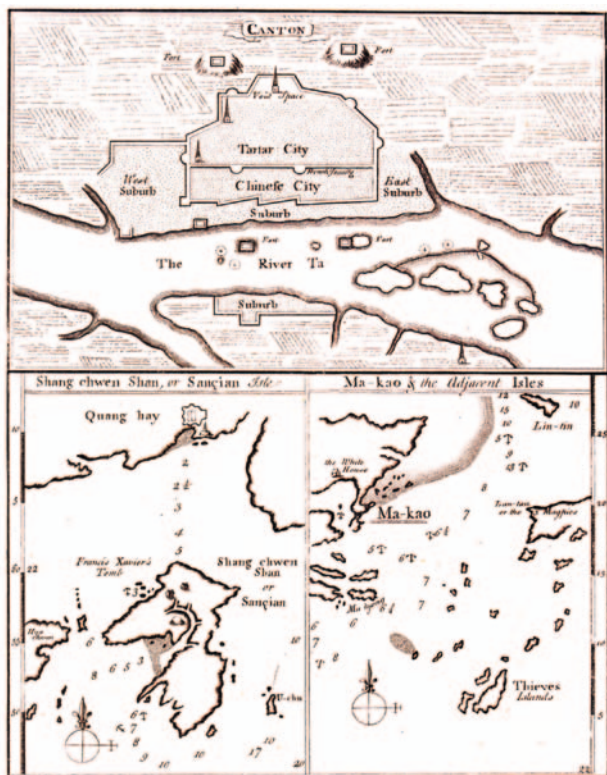
No início da dinastia Ming, “a interdição marítima proibia o povo de sair para o mar e comerciar com os estrangeiros”.⁵ Os países estrangeiros que

*[李金明] Doutor em Historiologia. Professor mestre de estudos para pós-graduados do Instituto de Estudos sobre os Mares do Sul da Universidade de Xiamen, especialista nas relações entre a China e o Exterior.

Ph.D. in Historiology. Professor of Postgraduate Studies at the Institute of the Southern Seas at Xiamen University and an expert on the relations between China and Abroad.

Na página anterior: Macau em período fundacional, numa rara e belíssima representação cartográfica dos princípios da dinastia Qing. Extraído de *Colectânea de Mapas Antigos de Macau*, Pequim [Beijing], Ed. Arquivos Históricos Chineses, Centro de Estudos de Macau “Um País, Dois Sistemas”, Outubro de 1999.

A FUNDAÇÃO DE MACAU



Carta de navegação de Cantão, Sanchoão, Macau e ilhas adjacentes, no século XVI. Extraído do catálogo *Vista aérea da Terra – Mapas da China e de Macau*, CMMF, Macau, 2001.

queriam negociar com a China só o podiam fazer pagando um tributo, “só pagando o tributo, os barcos podem comerciar, os outros estão proibidos”.⁶ O comércio com o pagamento de tributo tornou-se no único meio para negociar legitimamente naquela época. No entanto, no início do século XVI, com a chegada dos barcos de países não tributários e com a vontade das autoridades chinesas de Guangdong de tirarem proveito desta situação, verificou-se uma abertura neste comércio tributário.

No 4.º ano do reinado de Zheng De [正德], 1509, um barco do Sião foi desviado para Guangdong por causa de uma tempestade. Esse tipo de barcos desviados, em geral, que não eram dos países tributários, estavam proibidos de fazer comércio. Porém, a pretexto de atender a necessidades militares, as autoridades de Guangdong autorizaram-nos a negociar o pagamento de direitos, dando assim início ao negócio com os barcos estrangeiros não tributários.⁷ Apesar da oposição de certos mandarins a tal comércio, o *buzhengshi* [governador civil provincial, 布政使] de Guangdong, Wu Tingju [吴廷举], invocou razões económicas e pediu autorização

para o legalizar, “cobrando direitos à vista em vez de cobrar por ano”, a pretexto da carência de especiarias e abastecimentos militares.

Com autorização dos governos provinciais e do Tribunal da Fazenda, foram assim legalizados a entrada e o comércio em Cantão dos barcos de países estrangeiros não tributários. Foi nesta situação que os portugueses chegaram a Cantão, tendo grande sucesso com o seu comércio e obtendo grandes lucros.

Na carta do dia 6 de Janeiro de 1515 ao duque Lorenzo de Medici, Andrea Corsali escreveu: “No ano passado, alguns portugueses chegaram até à China, porém foram proibidos de desembarcar, porque os chineses têm o costume de proibir estrangeiros de entrar em suas residências. Contudo, estes portugueses ganharam muito na venda de suas mercadorias.”⁸

Em 1517, um outro português, Fernão Peres de Andrade, comandando a sua frota chegou a Cantão. Naquela altura, o inspector e aitão de Guangdong, Gu Yingxian [顾应祥], registou o que viu com seus próprios olhos: “Duas grandes naus chegaram até ao Posto de Huaiyuan [Huai Yuan Yi, 怀远驿] de Cantão [...] o que foi comunicado ao governador. Em Cantão, considerados como ignorantes dos nossos ritos, os homens destas naus foram conduzidos ao templo Guang Xiao, a fim de aprenderem os ritos chineses, e só três dias depois foram entrevistados.”⁹

Quando se encontrava em Cantão, Fernão Peres enviou outra frota comandada por Jorge de Mascarenhas para descobrir as ilhas Léquias [Liu Kiu 琉球], mas esta só chegou até Fujian [福建], fazendo grande negócio no porto de Quanzhou [泉州] (provavelmente na baía de Amoy), obtendo grandes lucros. Depois disso, voltou a Cantão. Aí, Fernão Peres havia estabelecido relações de amizade e de interesse mútuo com os mandarins locais e, quando os portugueses deixaram Cantão de regresso a Malaca, as relações comerciais sino-portuguesas encontravam-se muito boas.¹⁰

Porém, em 1519, ano em que chegou a Cantão Simão de Andrade, irmão de Fernão, deram-se grandes mudanças. Simão de Andrade era um tipo agressivo e ambicioso. A pretexto de que as frotas chinesas não estavam capacitadas para os proteger dos piratas, mandou erguer uma fortaleza em Tun Men, dotada de baterias. Para os chineses, foi uma ocupação ilegal do seu território. O pior foi ele mandar instalar uma força

THE FOUNDING OF MACAU

na pequena ilha, para executar um marinheiro chinês segundo os procedimentos portugueses, inclusive com uma procissão, o que foi considerado uma verdadeira violação das leis chinesas para expatriados.

Além disso, quando os barcos do Sião, Camboja e de outros países chegaram, por ocasião da monção, ele proibiu o seu desembarque antes de se terem esgotado as mercadorias portuguesas. Segundo os registos disponíveis, eles ainda atacavam os navios mercantes chineses, aprisionando-lhes as tripulações, extorquindo-lhes dinheiro e mercadorias; permitiam a libertinagem dos seus homens que assaltavam os habitantes locais, roubando-lhes mulheres e filhas, a quem insultavam e escravizavam.¹¹

Descrevendo o comportamento dos portugueses, o capitão-mor Diogo Calvo, que regressou da China em 1521, escreveu: “Não queriam obedecer às ordens do imperador chinês e tentavam provocar guerra na China praticando todas as barbaridades”.

Os documentos que se encontram no Museu Britânico, os Wellesley Papers, registam:

“Este comandante (Simão de Andrade) tratou os chineses segundo seu comportamento para com outros asiáticos; ergueu uma fortaleza na ilha de Tun Men sem licença dos chineses; assaltou e extorquiu dinheiro a todos os barcos que entravam e saíam do porto, roubando-lhes mulheres, a quem insultou e escravizou, assim praticando toda a pirataria. Ainda permitiu a libertinagem dos seus homens, marinheiros e soldados, que seguiram o seu comportamento.”¹²

A atitude de Simão de Andrade despertou grande indignação entre os mandarins, que enviaram relatórios à corte, informando:

“Durante o reinado de Zheng De (1506-1522), os *fulangjis* [佛郎机; designação dada, à época, aos estrangeiros caucasianos, designadamente, aos portugueses], disfarçando o seu nome (a sua nacionalidade), entraram desordenadamente e, de súbito, apareceram em Cantão, transgredindo propositadamente as leis, não se sujeitando ao pagamento dos impostos, cozendo crianças para comer, raptando homens e mulheres, construindo uma paliçada para se defenderem, e, armados com armas de fogo, procediam irregularmente. Como é que a força de cães e carneiros pode resistir aos desígnios de tigres e lobos?”¹³

A enérgico pedido dos desembargadores imperiais Qiu Daolong [Iau Tou-Long, 丘道隆] e He Ao [Hó Ngou, 何鳌], a corte da dinastia Ming deu ordem para

Entre Abril e Maio de 1521 chegou mais uma frota portuguesa a Tun Men, com pimenta, sândalo e outras mercadorias. Vinda de Malaca, a frota contava com vários navios, dos quais um pertencia a D. Nuno Manuel, funcionário do Estado, tendo Diogo Calvo como capitão; um outro era o de Jorge Álvares ... Apesar de indignados com as barbaridades de Simão de Andrade, os chineses não lhes criaram dificuldades, nem tão pouco as autoridades chinesas locais lhes colocaram obstáculos, antes de receberem ordens imperiais.

expulsar tais portugueses. Cercada pelas forças comandadas pelo subintendente da Defesa Costeira, Wang Hong [汪鋐], a frota de Simão de Andrade conseguiu fugir para Malaca aproveitando o vento.¹⁴

Entre Abril e Maio de 1521 chegou mais uma frota portuguesa a Tun Men, com pimenta, sândalo e outras mercadorias. Vinda de Malaca, a frota contava com vários navios, dos quais um pertencia a D. Nuno Manuel, funcionário do Estado, tendo Diogo Calvo como capitão; um outro era o de Jorge Álvares, enquanto os restantes eram barcos que não haviam conseguido vir à China com a frota de Simão de Andrade, devido ao seu atraso na chegada a Malaca. Estes portugueses iniciaram o seu negócio em Tun Men e Cantão.

Apesar de indignados com as barbaridades de Simão de Andrade, os chineses não lhes criaram dificuldades, nem tão pouco as autoridades chinesas locais lhes colocaram obstáculos, antes de receberem ordens imperiais.¹⁵

A FUNDAÇÃO DE MACAU



Manuscrito do Memorial ao Trono de Xiong Mingyu, ministro da Guerra, e outros, expondo casos de violação de leis por parte de comerciantes de Macau, entre outros assuntos (19 de Setembro de 1631). Extraído de *Colecção de Tesouros Documentais das Dinastias Ming e Qing sobre a Questão de Macau*, Fundação Macau, Macau, 2001.

Era óbvio que, ao erguer a fortaleza em Tun Men, Simão de Andrade queria estabelecer-se na China, porque depois de conquistarem Goa e Malaca, os portugueses pretendiam um terreno permanente na China a fim de obterem grandes lucros. Para eles, Cantão era uma cidade com defesa precária.

Quando Fernão Peres de Andrade a visitou pela primeira vez, mandou um homem seu investigar secretamente a cidade. Mais tarde, a arrogância e a barbárie de Simão de Andrade revelaram plenamente a sua ambição, sendo por isso expulsos de Cantão, mas foi só depois de 1522, ano em que a frota de Martim Afonso de Mello Coutinho foi derrotada, que os portugueses desistiram da sua ilusão de conquistar a China.

O Registo da Dinastia Ming [*Ming Shi Lu*, 《明实录》]¹⁶ descreve assim esta batalha: “O *Fulangji* de nome Pit Tou Lou (Pedro) chegou a Cantão e foi capturado pelos chineses. Antes disso, com armas e baterias, Pedro conquistou Malaca e outros países. Comandando mais de mil homens, com cinco navios, via Pá Sai [Bai Xi Guo, 巴西国], chegou à Baía de Xicao [Xicao Wan, 西草湾] de Xinhui [新会]. O comandante das tropas para combater a pirataria japonesa Ke Rong [柯荣] e o *baihu* [chefe de cem famílias, 百户] Wang Yingen [王应恩], resistindo-lhes, foram combatendo até Chao Zhou [Shaozhou, 稍州]. O primeiro a embarcar foi Pan Dinggou [Pun Teng Kau, 潘丁苟], naturalizado chinês [向化], que, reunindo os seus homens, atacou-os, capturando vivo

o seu chefe, Pit Tou Lou (Pedro), So Sa Lei e mais 42 homens (dos quais trinta e cinco foram decapitados), e os seus dois navios portugueses, além de libertarem dez homens e mulheres por eles levados. Para prosseguirem a luta, tendo sido morto Yingen, pois Martim Afonso de Mello contra-atacou, com três navios, queimaram os barcos capturados e mataram o *baihu* Wang Yingen. Outros bandidos (portugueses) fugiram”.

Segundo o historiador japonês Fujita Toyohachi, os portugueses presos foram Pedro Homem e Martim Afonso de Mello.¹⁷ Depois destas duas batalhas, os portugueses foram obrigados a retirar de Cantão para outras áreas litorais do Sudeste da China.

OS PORTUGUESES EM SHUANGYU

Depois das suas derrotas em Cantão, os portugueses deslocaram-se para o porto de Shuangyu, de Dinghai [定海] na província de Zhejiang. Cercada por mar, Shuangyu situava-se a 60 lis [1 li = 500 m] de Dinghai e serviu como local de “exílio” durante a dinastia Ming. O povo da ilha partira para o continente, por essa razão a ilha estava desabitada. Geograficamente, existiam duas montanhas frente a frente nos lados leste e oeste, ao mesmo tempo que, nas direcções sul e norte, se encontravam portas para o mar guardadas por pequenas montanhas como biombos. A área central, de 20 lis quadrados, servia muito bem como ancoradouro aos barcos dos

THE FOUNDING OF MACAU

contrabandistas. No início da dinastia Ming, com a proibição de navegar, os mercadores clandestinos de Guangdong, Fujian e Zhejiang associaram-se e, na época das monções do Sul, reuniam os barcos dos comerciantes estrangeiros e subiam de Cantão para Zhangzhou [漳州], Quanzhou [泉州], Shaoxing [绍兴] e Fujian; e por ocasião das monções do Norte, desciam ao Sul.

Como contavam com o apoio da população local, que servia de guia, as autoridades chinesas encontravam grandes dificuldades para os controlar.

Recorrendo a táticas operacionais muito hábeis, refugiavam-se a Norte quando as tropas chinesas atacavam no Sul; e escondiam-se no Leste quando estas os procuravam a Oeste. Se se encontravam numa situação muito difícil, refugiavam-se noutros países.

Alguns mercadores contrabandistas chineses, a fim de negociarem com o exterior, devido à proibição do comércio marítimo, faziam os seus negócios noutras províncias. Compravam materiais em Ningbo [宁波] e Shaoxing de Zhejiang, construindo barcos¹⁸ em Guangdong, tal como ficou registado.

Juntavam-se aos estrangeiros que se encontravam em Fujian, enquanto os estrangeiros que estavam em Zhejiang e Guangdong fabricavam navios em Zhangzhou e Quanzhou de Fujian.¹⁹ Por isso, desde o início da dinastia Ming, Shuangyu foi local de muitos movimentos dos contrabandistas.

Durante o reinado de Zheng De, mesmo com a autorização do comércio de barcos de países não tributários em Cantão, parte dos barcos mercantes, guiados por contrabandistas chineses de Zhejiang, continuavam a ir a Shuangyu, a fim de “fugirem ao pagamento de direitos”.

Como Yu Dayou [俞大猷] disse: “Alguns anos atrás, os portugueses de Huizhou [徽州] e de Zhejiang, em colaboração com os estrangeiros de outros países do Sudeste Asiático, chegaram até Shuangyu para iniciarem o seu comércio, para fugirem ao pagamento dos direitos em Cantão.”²⁰

Seduzida por interesses económicos, a população de Shuangyu facilitou-lhes os transportes, pois “usando um pequeno barco ou um jarro de vinho, podia-se ganhar uma fortuna, de modo que até as crianças pequenas sabiam que Shuangyu era local de grandes lucros. Assim, com a divulgação da notícia, as tradições chinesas iam cedendo aos estrangeiros”.²¹

Por isso, quando Zhu Wan [朱纨] arrasava este porto, encontrou um antigo caminho plano e largo onde não crescia erva durante 40 dias, por ter sido tão pisado por contrabandistas; e, segundo as sentinelas do mar informaram, constatou que nas águas exteriores, “vão e vêm” mais de 1290 barcos dos contrabandistas.²² Daí, pode-se compreender a movimentação do comércio clandestino em Shuangyu.

Além disso, Shuangyu também foi um refúgio dos chefes piratas. No 19º ano do reinado de Jiajing (1540), Li Qi [李七], Xu Yi [许一] e outros, presos de Fujian, num total de mais de cem pessoas, fugiram da prisão e refugiaram-se no mar. Unindo-se com outros chefes piratas, Wang Zhi [王直], Xu Weixue [徐唯学], Ye Zongman [叶宗满], Xie He [谢和] e Fang Tingzhu [方廷助], ao mesmo tempo que em associação com os comerciantes estrangeiros, tomaram Shuangyu como sede e assolaram as proximidades.²³ Entre os 19º e 27º anos do reinado de Jia Jing, outros chefes da pirataria, Li Guangtou [李光头] e Xu Dong [许栋], actuaram no local durante mais de nove anos, com acampamentos e barcos armados.²⁴ Foi exactamente em colaboração com os famosos piratas Xu Yi, Xu Er [许二], Xu San [许三] e Xu Si [许四] que os portugueses se dirigiram a Shuangyu e Damao [大茅] para os seus contrabandos.²⁵ Em Shuangyu construíram casas. De acordo com os registos de Fernão Mendes Pinto, nos anos 1540 e 1541, gastaram três a quatro mil ducados de prata, construindo mais de mil casas em que moravam mais de três mil homens, dos quais, 1200 portugueses, sendo os restantes cristãos de outros países.

Já dois anos antes, os portugueses tinham estabelecido, a partir deste local, relações comerciais com os japoneses. O volume do seu negócio ultrapassou os 3000 mil taéis, dos quais a maioria era em lingotes de prata obtidos directamente do Japão. Esta povoação portuguesa, ainda que de carácter precário, sem contratos, encontrava-se cheia de pormenores administrativos portugueses, com governo de vereadores, ouvidor e alcaides, e outras seis ou sete varas de justiça e oficiais da República, bem como escritvães. Trabalhavam ainda seis notários, cada qual com salário de três mil ducados, enquanto outros ocupavam cargos com remunerações superiores. Foram instalados dois hospitais e uma capela com uma verba anual de 30 mil ducados por

A FUNDAÇÃO DE MACAU



ano. A renda anual da câmara municipal chegava aos seis mil ducados. Por isso, esta povoação era conhecida como a povoação portuguesa mais rica e mais próspera das suas colónias orientais.²⁶

Com o comércio clandestino e os grandes lucros obtidos, os portugueses em Shuangyu viviam mais despoticamente e entravam frequentemente em conflito com a população local, tendo sido por isso atacados por duas vezes pelas forças armadas da dinastia Ming.

A primeira vez foi no 21º ano do reinado de Jia Jing (1542), quando um português, de nome Faria, chegou a entrar em Nanquim e roubou umas preciosidades do mausoléu de Zhu Yuanzhan [朱元璋] da dinastia Ming, escondendo-as em Shuangyu. Inteirado do facto e muito indignado, o imperador deu ordem para “esmagá-los”. As forças terrestres partiram de Zhejiang, enquanto as forças navais foram atacá-los de Fujian, queimando 35 barcos inimigos, matando 12 mil mercadores e cristãos estrangeiros, dos quais 800 eram portugueses.

A segunda vez foi no 27º ano do reinado de Jia Jing (1548), quando um português de nome Lançarote Pereira concedeu um empréstimo de mil taéis de prata a um chinês. Vencido o prazo, o chinês não lhe pôde pagar. Não se resignando com tal perda, Pereira juntou mais de 30 “malandros” portugueses,

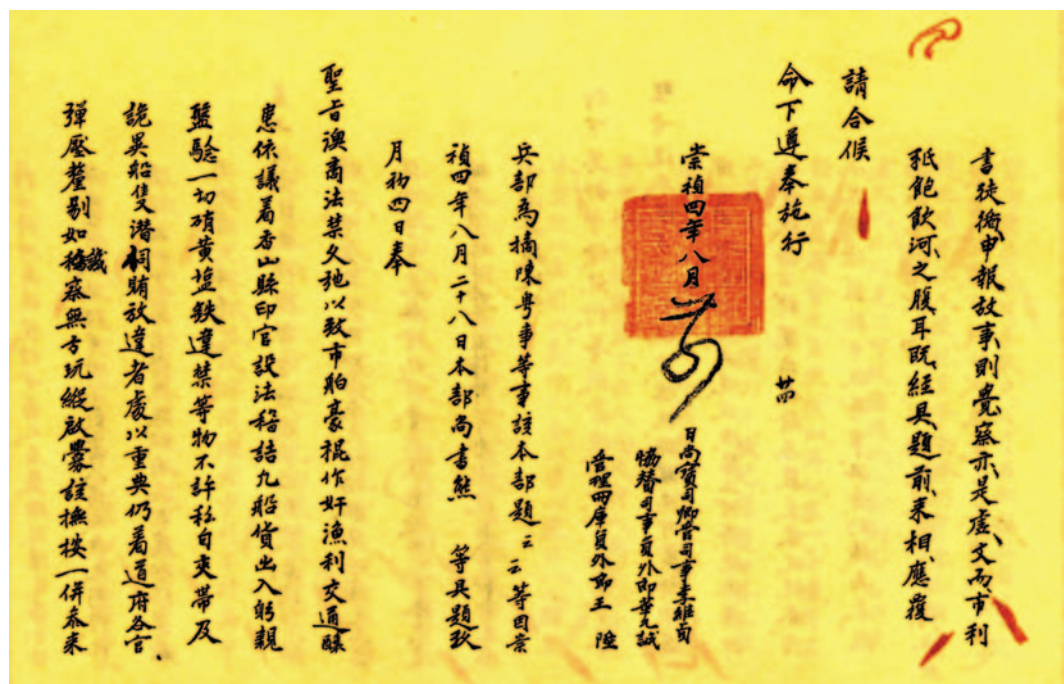
atacando numa noite a aldeia Xipaton, dois lis a oeste de Shuangyu, assaltando mais de dez famílias, roubando-lhes as mulheres e matando dez dos seus homens.

No dia seguinte, os aldeões comunicaram o caso às autoridades, pedindo a captura e a execução dos bárbaros, o governador provincial deu então ordem para que o inspector costeiro comandasse 60 mil homens e centenas de barcos num cerco terrestre e marítimo ao porto de Shuangyu. Em menos de cinco horas, arruinaram toda a próspera povoação.²⁷

O governador provincial acima referido era provavelmente o fiscal imperial Zhu Wan [朱纨], enviado da corte para Zhejiang. No 27º ano do reinado de Jia Jing (1548), ordenou ao comandante de Fujian, Lu Tang [卢鏜], que comandasse as suas forças navais para um ataque ao esconderijo dos piratas estrangeiros em Shuangyu, prendendo e matando centenas de pessoas, enquanto os mais rápidos conseguiram fugir para Wuyu [蜈峙] de Fujian. Contudo, Lu Tang perseguiu-os e aniquilou-os.

Mais tarde, Zhu Wan dirigiu pessoalmente o entupimento do porto de Shuangyu com madeiras e pedras, juntamente com o comandante Li Xin [李兴] e seus homens, para impedir a entrada dos navios mercantes clandestinos.²⁸ Segundo o relatório de Zhu Wan, nesta batalha foram queimados mais de dez

THE FOUNDING OF MACAU



Manuscrito do Memorial ao Trono de Zhang Fengyi, ministro da Guerra, sobre as consequências da presença de “bárbaros” e da pirataria que infestava a província de Guangdong (18 de Maio de 1634). Ambas as ilustrações, que se referem ao documento acima citado, foram extraídas de *Colecção de Tesouros Documentais das Dinastias Ming e Qing sobre a Questão de Macau*, Fundação Macau, Macau, 2001.

palácios, vinte casas e 27 navios grandes e pequenos deixados pelos piratas estrangeiros.²⁹ Quanto aos portugueses que fugiram de lá, transferiram-se para as águas litorais de Fujian.

OS PORTUGUESES EM WUYU E ZOUMAXI

O principal local das actividades dos portugueses em Fujian foi a ilha Wuyu, no mar ao sul de Xiamen [厦門]. Com um perímetro de seis lis, Wuyu encontra-se entre Jinmen [金門], à esquerda, e Qiwei [歧尾], à direita, ao mesmo tempo que serve como portão de Haicheng [海澄] e Tongan [同安].

No reinado de Hong Wu [洪武], o governador Zhou Dexing [周德兴] instalou uma base naval em Wuyu a fim de proteger as capitais de Zhangzhou e Quanzhou e impedir a entrada dos *wakos* [piratas japoneses]. No entanto, no reinado Cheng Hua [成化, 1465-1487], a base naval foi transferida para o porto interior, por alguns mandarins terem considerado a ilha Wuyu “isolada e desamparada”. Assim, a base original tornou-se sede de piratas e estrangeiros.³⁰

Nas monções de Março e Abril, os barcos estrangeiros clandestinos vinham de Guangdong para Fujian, ancorando em Wuyu; também os barcos

dos contrabandistas locais aí ancoravam com frequência, saindo todos os meses para vender as suas mercadorias, além de actuarem em Anhai [安海] e Chongwu [崇武].³¹

No 26º ano do reinado de Jia Jing, os portugueses chegaram a Wuyu com os seus barcos e mercadorias para negociarem clandestinamente.

Subornados, o comandante de Wuyu, Ding Tong [丁桐] e o ex-segundo inspector costeiro Yao Xiangfeng [姚祥凤], autorizaram a sua entrada, levando os comerciantes de Zhangzhou e Quanzhou a negociar com eles em Wuyu.³²

O inspector costeiro e enviado imperial Ke Qiao [柯乔], o governador de Zhangzhou, Lu Bi [卢璧], e o governador de Longxi [龙溪], Lin Song [林松], comandaram os seus homens para os atacar. Porém, não conseguiram vencê-los, de modo que os portugueses comerciaram com mais empenho. Seduzidos pelos seus interesses económicos, mais de 110 populares locais, encabeçados por Lin Gong [林恭] de Changyu [长屿] e Yao Guangrui [姚光瑞] de Dadan [大担] ajudaram-nos no comércio e transporte.³³ Ante tal situação, e para pôr fim às actividades comerciais de contrabando dos portugueses, o enviado imperial e comandante de Fujian e Zhejiang, Zhu Wan, dirigiu mais uma batalha, tendo capturado três chefes portugueses e

A FUNDAÇÃO DE MACAU

mais de 90 colaboradores chineses, que foram executados no local por Ke Qiao e Lu Tang, por ordem de Zhu Wan. Finalmente, os portugueses retiraram-se de Wuyu.

Quanto a esta batalha, Mendes Pinto escreveu na sua obra *Peregrinação* que os portugueses construíram casas nas regiões de Wuyu, de Zhangzhou, pois provavelmente, depois da sua expulsão de Ning Bo, os portugueses foram a Zhangzhou construir a sua segunda povoação através do suborno dos mandarins e em conluio com os comerciantes chineses desonestos, a fim de manterem uma feitoria na China. O português Xavier Botelho de Sousa foi eleito governador de Zhangzhou para administrar todos os assuntos da povoação. Nessa altura, morreu um arménio que vivera lá por seis ou sete meses, tendo Botelho de Sousa embargado os seus bens. Inteirado de que dois chineses lhe haviam ficado a dever um total de 3.000 taéis de prata e não tinham condições para o pagamento, o governador prendeu os devedores e confiscou as suas mercadorias, juntando-as ao inventário do morto. Os dois chineses comunicaram o caso às autoridades chinesas, e estas deram logo ordem para proibir o comércio com os portugueses e executar de maneira cruel os que transgredissem o regulamento. Deste modo, os portugueses ficaram colocados numa situação muito difícil, com o rompimento do abastecimento de mantimentos, vendo-se então obrigados a assaltar aldeias, causando distúrbios e encolerizando ainda mais os chineses que passaram a atacá-los. Ainda de acordo com Mendes Pinto, as autoridades chinesas, 16 dias depois da batalha, enviaram os seus homens com um total de 120 barcos para uma operação de limpeza da região, tendo queimado 13 barcos que se encontravam no porto de Zhangzhou. Dos 500 portugueses, apenas 30 sobreviveram. Isto aconteceu em 1549, isto é, no 28º ano do reinado de Jia Jing.³⁴

No entanto, segundo os registos chineses, esta batalha deu-se em Zoumaxi, perto de Zhaoan [诏安]. A respeito de Zoumaxi, Yu Dayou [俞大猷] escreveu na sua obra *Colectânea de Zheng Qi Tang [Zheng Qi Tang Ji, 《正气堂集》]*: “Zoumaxi situa-se no distrito de Zhaoan, pertencente a Zhangzhou. As duas montanhas erguem-se como portas, tapando os vendavais durante as quatro estações. Como o local estava distante da capital distrital e das fortificações, os que enviavam mantimentos aos piratas saíam de

manhã e voltavam à noite descuidados e despreocupados [...]. Todos os estrangeiros que subiam de Pengheng [彭亨] para o norte, numa viagem de dezenas de dias, só se atreviam a continuar o caminho depois de se abastecerem aqui de arroz e de água. Por outro lado, os japoneses que desciam de Ningbo para sul, também numa viagem de dezenas de dias, tinham que fazer igualmente todos os preparativos aqui. Por isso, sem perigo de vendavais e distante de perseguições, a baía Zoumaxi tornou-se uma paragem indispensável para os piratas e estrangeiros”.³⁵

Segundo o historiador japonês Fujita Toyohachi, o local de onde os portugueses foram definitivamente expulsos encontrava-se muito perto de Zoumaxi, podendo assim concluir-se que a povoação devia situar-se perto.

Os portugueses começaram a chegar a Zhangzhou no 23º ou 24º ano do reinado de Jia Jing (1544-1545), mas foram expulsos daí no ano seguinte à sua expulsão de Ningbo, isto é, no 28º ano do reinado de Jia Jing (1549).³⁶

Quanto à batalha, o comandante que dirigiu pessoalmente a luta, Lu Tang, e o segundo inspector costeiro, Ke Qiao, relataram o seguinte: “No dia 26 de Janeiro do calendário lunar chinês do 28º ano do reinado de Jia Jing (1549), os barcos portugueses ancorados no antigo porto de Wuyu saíram e voltaram no dia 11 de Fevereiro, parando na baía baixa de Ling Gong, também no distrito de Zhaoan. Em conjunto, o comandante Chen Yan [陈言], de Fuzhou [福州], Lu Tang e Ke Qiao comandavam as tropas de Qing Hai Cang [清海沧]; o comandante Li Xixian [李希贤] as da base naval de Wuyu; o comandante Hou Xi [侯熙], baía de Ximen [西门], dirigia as tropas de Tongshan; e o comandante Zhang Wenhao [张文昊], da baía de Xuanzhong [玄钟], dirigia as de Xuanzhong.

Lu Tang e Ke Qiao dispuseram as suas forças nos topos das montanhas, armando uma emboscada no local onde os barcos portugueses iriam ancorar. No dia 20 de Fevereiro, os barcos partiram de Zoumaxi. No dia seguinte, quando os portugueses subiam a montanha com espingardas, foram duramente atacados pelas tropas chinesas com pedras, obrigando-os a retirarem-se para os seus barcos. Como comandante-chefe, Lu Tang tocou o tambor, para estimular os seus homens ao combate, tendo assim cercado duas naus, um junco e quatro barcos dos portugueses. Não podendo resistir às tropas chinesas, muitos dos

THE FOUNDING OF MACAU

portugueses caíram ao mar atingidos por pedras ou tiros, outros morreram por afundamento dos barcos. Foram capturados 112, entre os quais se encontravam portugueses, negros e o chefe dos piratas, Li Guangtou”.³⁷

Mas, um outro historiador, He Qiaoyuan [何乔远], deu uma versão um pouco diferente na sua obra *Prosas de Mingshan* [*Ming Shan Cang*, 《名山藏》]: “Nesse tempo, os estrangeiros *fulangjis* chegaram ao porto Yue, de Zhangzhou, para negociarem. Intimidados pela ordem de proibição de navegar, o povo local não ousou contactá-los e expulsou-os. Os *fulangjis* ficaram indignados e levantaram-se em luta, porém, foram capturados pelos chineses. Wan deu ordem a Lu Tang e ao subintendente marítimo para abaterem tanto os chefes como os seus homens, tendo morto 96 pessoas. Há quem diga que os *fulangjis* assaltaram até às fronteiras de Zhangzhou, porém, foram perseguidos e atacados pelas tropas dos mandarins em Zoumaxi. Mas isto é uma versão errada.”³⁸

Fosse no porto de Yue, fosse em Zoumaxi, os portugueses foram expulsos dos mares de Fujian, de tal forma que os sobreviventes viram-se obrigados a refugiarem-se em Lampacau.

OS PORTUGUESES EM LAMPACAU E HOI KIANG

Graças, principalmente, às propostas de Lin Fu [林富], governador civil das províncias de Guandong e Guangxi [liang guang xun fu, 两广巡抚], os portugueses puderam voltar a negociar em Cantão, anos depois de, em 1522, daí terem sido expulsos.

Depois da expulsão dos portugueses de Cantão, foi proibido o comércio com os barcos não tributários, de forma que os navios do Vietname e de Malaca também aí foram proibidos de entrar, causando o isolamento da cidade.

Esta situação foi prejudicial aos mandarins de Cantão, cujas receitas dependiam principalmente das mercadorias estrangeiras. Com a ausência dos barcos estrangeiros, a sua vida era prejudicada. Por isso, Lin Fu, governador de Guandong e Guang Xi, enviou um relatório à corte, no 8º ano do reinado de Jia Jing,

expondo as seguintes quatro grandes vantagens para que fosse autorizado o comércio com os barcos não tributários:

1ª - as mercadorias entregues como direitos seriam suficientes para o uso da corte;

2ª - com as sucessivas operações militares, o tesouro de Guangdong e Guangxi estava muito

Lampacau era um local onde ancoravam barcos estrangeiros de diversas nacionalidades e não só barcos portugueses. Segundo se diz, os 30 portugueses que fugiram de Zoumaxi no 28º ano do reinado de Jia Jing (1549) desembarcaram em Lampacau. Até 1560, eram 500 ou 600 os portugueses que aí viviam.

reduzido, e os direitos pagos poderiam suprir as despesas militares, a fim de prevenir eventuais faltas;

3ª - com a chegada dos barcos estrangeiros e com o depósito das suas mercadorias, podiam-se ganhar dezenas de milhar taéis de prata em taxas; e

4ª - o povo que vivia do pequeno comércio podia ganhar a vida, salientando, ainda que a autorização do comércio não tributário constituía uma medida muito positiva e de dupla utilidade que beneficiava tanto o império como o povo, era ao mesmo tempo “uma medida pelo povo que realmente beneficia o povo, em vez de uma medida que trouxesse desgraça ao povo”.

Tal relatório foi autorizado pela corte, pondo-se assim fim à interdição da navegação estrangeira no mar, dando-se início à reabertura do comércio não tributário. Aproveitando a oportunidade, os barcos portugueses regressaram a Cantão para fazerem o seu comércio.³⁹

Naquela altura, os barcos portugueses encontravam-se principalmente em Lampacau, a 30 milhas a oeste de Macau e na parte do sul do delta do rio das Pérolas. Devido à sua posição geograficamente favorável, Lampacau tornou-se já em princípios da dinastia Ming um ancoradouro natural dos barcos

A FUNDAÇÃO DE MACAU

estrangeiros que vinham comerciar na China. A obra *Anotações da Leitura da História e Geografia* [Du Shi Fang Yu Ji Yao, 《读史方輿纪要》] refere: “Situado a sul de Heong San, Lampacau é ancoradouro dos barcos estrangeiros que aguardam abastecimento.”⁴⁰

A obra *Crónica do Distrito de Heong San* [Xiangshan Xian Zhi, 《香山县志》] diz: “Lampacau, situada a 90 lis a sul Heong San [Xiangshan] [...], era onde os barcos estrangeiros ancoravam no passado, porém, com sedimentação, agora não está em condições para a ancoragem de barcos.”⁴¹

Pelas referências acima mencionadas, sabe-se que Lampacau era um local onde ancoravam barcos estrangeiros de diversas nacionalidades e não só barcos portugueses. Segundo se diz, os 30 portugueses que fugiram de Zoumaxi no 28º ano do reinado de Jia Jing (1549) desembarcaram em Lampacau.⁴² Até 1560, eram 500 ou 600⁴³ os portugueses que aí viviam.

Contudo, Lampacau não passava de um ancoradouro temporário, isolado no mar e com condições precárias, onde os mandarins de Heong San autorizaram a construção de palhotas só para uma paragem provisória, pedindo a sua retirada logo depois de concluídos os negócios.⁴⁴

Pretendendo encontrar um local para a sua permanência por longo tempo, os portugueses subornaram, no 14º ano do reinado de Jia Jing, o comandante Huang Qing [黄庆], para que ele pedisse à corte autorização de residência em Hoi Kiang com o pretexto de “usar o terreno de Hoi Kiang para secar as mercadorias molhadas no vendaval”.

Autorizados, deslocaram-se para Hoi Kiang [Hoi Kiang é o nome de Macau na obra *Ming Shi - História da Dinastia Ming*], através do pagamento de 20 mil taéis de prata por ano⁴⁵ de direitos. Foi por isso que, para muitas pessoas, o estabelecimento dos portugueses em Macau teve início com o suborno a Huang Qing.

No 32º ano do reinado de Jia Jing, os portugueses pediram para entrarem em Macau, ainda a pretexto da “danificação dos barcos no vendaval e das mercadorias molhadas” e do uso do terreno de Hoi Kiang para “a secagem dos artigos dos tributos”. Desta vez, o pedido foi atendido por Wang Bo [汪柏], subintendente de Defesa Costeira. Inicialmente, apenas construíram habitações em colmo, porém, pouco a pouco, foram-lhes trazidas telhas vidradas e côncavas, barrotes e ripas para construírem casas. Assim, para outras pessoas, o

estabelecimento dos portugueses em Macau teve início com Wang Bo.⁴⁶

Na obra *The Western Pioneers and their Discovery of Macao*, o famoso historiador português José Maria Braga escreveu o seguinte:

“Em 1554, Leonel de Sousa conseguiu com êxito reatar a confiança das autoridades chinesas, nomeadamente do aítão, sendo então permitido aos portugueses que fizessem o seu comércio mediante o pagamento de uma taxa de 20%. A partir daí, foram autorizados a ir a Cantão, disfarçados de outras nacionalidades”.⁴⁷ Antes disso, já Cantão havia sido reaberta à navegação estrangeira, mantendo-se no entanto, a proibição aos portugueses, segundo ordem imperial.⁴⁸ Com o assentamento de paz feito por Leonel de Sousa, os portugueses passaram a entrar em Cantão, mas ainda sob identidade falsa.

Esta versão é idêntica à de *Um Olhar sobre o Japão* [Ribei Yi Jian, 《日本一鑑》], que refere o seguinte: “No 33º ano do reinado de Jia Jing (1554), os barcos dos portugueses, ancoraram nos mares de Guangdong [...] onde se encontrava Zhou Luan [周鸾], conhecido como Ke Gan. Este, junto com os portugueses, disfarçados de gente de outro país, comunicou a sua chegada ao aítão, cobrando uma comissão. O subintendente da Defesa Costeira Wang Bo autorizou-lhes o comércio. Com um pequeno barco, Zhou Luan conduzia os portugueses ao leste da muralha de Cantão para venderem as suas mercadorias, chegando às vezes a vendê-las dentro da cidade”.⁴⁹

Segundo os estudos feitos pelo historiador japonês Fujita Toyohachi, “Zhou Luan devia ser o nome achinesado de Leonel de Sousa”.⁵⁰

Pode-se concluir assim que, nas negociações feitas em 1554 entre as partes chinesa e portuguesa, Wang Bo não autorizou, propriamente, os portugueses a residirem em Macau.

Então, quando é que os portugueses começaram a estabelecer-se em Macau? Para a esmagadora maioria dos historiadores portugueses, foi no 36º ano do reinado de Jia Jing (1557), porém, isso necessita de confirmação nos registos históricos chineses.

No *Memorial sobre Assuntos de Defesa de Macau* [Qu Hua Hao Jing Bao An Hai Yu Shu, 《区划濠镜保安海隅疏》], Pang Shangpeng [Pong Seong Pang, 庞尚鹏] escreveu: “Nestes últimos anos, quando principiaram a entrar na baía de Hoi Kiang,

THE FOUNDING OF MACAU

construíram casas para residirem, as quais, em menos de um ano, atingiram algumas centenas, sendo de quase mil o número actual”.⁵¹

Este documento de Pang Shangpeng foi entregue no 43º ano do reinado de Jia Jing (1564). Por isso, segundo a afirmação “nestes últimos anos” e “sendo de quase mil o número actual”, tudo isso devia ter sucedido seis ou sete anos antes de 1564, naturalmente por volta de 1557.

Depois da sua fixação em Macau, os portugueses puseram fim às suas andanças nas águas do Sudeste da China de onde haviam sido frequentemente recusados e expulsos, passando a realizar o seu comércio multilateral através das suas viagens entre Goa (na Índia), Japão e o Sudeste Asiático, via Macau, tendo esta como base. **RC**

Originalmente publicado na Edição Chinesa de *Revista de Cultura* (Nr. 34).
Traduzido por Fan Weixin.

NOTAS

- 1 C. R. Boxer, “Notes on Chinese Abroad in the Late Ming and Early Manchu Periods Compiled from Contemporary European Sources (1500-1750)”, in *Tien Hsia Monthly*, 9º vol., nº 5, p. 450.
- 2 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, Leiden, 1933, p. 35.
- 3 F. B. Eldridge, *The Background of Eastern Sea Power*, Londres, 1948, p. 137.
- 4 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, p. 68.
- 5 *Registo do Imperador Tai Zu da Dinastia Ming [Ming Tai Zu Shi Lu, 《明太祖实录》]*, 25º tomo, Abril do 34º ano do reinado de Hong Wu.
- 6 Wang Qi [王圻], *Estudos sobre os Documentos Complementares*, 31º tomo, *Estudos sobre Programas, [...] e Comércio*.
- 7 *Registo do Imperador Wu Zong da Dinastia Ming [Ming Wu Zong Shi Lu, 《明武宗实录》]*, 65º tomo Julho do 5º ano do reinado de Zheng De.
- 8 Henry Yule, *Cathay and the Way Thither*, Londres, 1916, vol. I, p. 180.
- 9 Hu Zong Xian [胡宗宪], *Colectânea de Documentos de Defesa Costeira [Chou Hai Tu Bian, 《筹海图编》]*, 13º tomo.
- 10 C. R. Boxer, *South China in the Sixteenth Century*, Londres, 1953, p. 20.
- 11 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, pp. 47-48.
- 12 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, pp. 65-66.
- 13 Wang Xiwen [王希文], “Relatório sobre a Importância da Defesa Fronteiriça, para Despertar a Consciência do Povo”, *Monografia de Macau (Ou Mun Kei Leok) [Aomen Ji Lue 《澳门记略》]*.
- 14 Fujita Toyohachi, “Os estudos sobre a ocupação de Macau pelos portugueses”, traduzido por He Jianming, in *Estudos sobre os Transportes Antigos no Mar do Sul da China [Zhongguo Nanhai Gu Dai Jiao Tong Shi, 《中国南海古代交通史》]*, Editora Shang Wu, 1936, p. 367.
- 15 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, pp. 53-54.
- 16 *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming [Ming Shi Zong Shi Lu, 《明世宗实录》]*, 24º tomo, Março do 2º ano do reinado de Jia Jing.
- 17 *Estudos sobre os Transportes Antigos no Mar do Sul da China*, pp. 369-370.
- 18 Vd. Hu Zong Xian, *Chou Hai Tu Bian*, 12º tomo.
- 19 Xie Jie [谢杰], *Colectânea de Mapas do Mundo*, 2º tomo.
- 20 Yu Dayou [俞大猷], *Colectânea de Zheng Qi Tang [Zheng Qi Tang Ji, 《正气堂集》]*, 7º tomo, *Estudos sobre Situação dos Mares e das Defesas Marítimas*.
- 21 Zhu Wan [朱纨], *Relatório do Arrasamento do Porto de Shuang Yu*, 205º tomo, *Colectânea dos Documentos da Dinastia Ming*.
- 22 Idem, ibidem.
- 23 Gu Yanwu [顾炎武], *Nota sobre Vantagens e Desvantagens da Administração [Tian Xia Jun Guo Li Bing Shu, 《天下郡国利弊书》]*, rolo 90, Zhe Jiang 8.
- 24 Vd. Xie Jie, *Colectânea de Mapas do Mundo*, 2º tomo.
- 25 Zheng Shungong [郑舜功], *Um Olhar sobre o Japão [Riben Yi Jian, 《日本一鉴》]* 6º tomo, “Comércio do Mar”.
- 26 Tien-Tse Chang, *Sino-Portuguese Trade*, pp. 76-77.
- 27 Zhou Jinglian [周景濂], *História das Relações Diplomáticas Sino-Portuguesas [Zhong Pu Wai Jiao Shi, 《中葡外交史》]*, Editora Shang Wu, 1961, pp. 45-46.
- 28 Vd. Gu Yanwu, *Nota sobre Vantagens e Desvantagens da Administração*, 119º tomo, *Estrangeiros - Japão*.
- 29 Zhu Wan [朱纨], *Colectânea de Prosas de Piyu [Pi Yu Za Ji, 《饜馐杂集》]*, 2º tomo.
- 30 Vd. Hu Zong Xian, *Chou Hai Tu Bian*, 4º tomo, *Assuntos de Fu Jian*.
- 31 Chen Renxi [陈仁锡], *Registos do Império*, 75º tomo, *A Defesa Marítima de Diversas Províncias - Locais Onde Actuam Piratas*.
- 32 Vd. *Registo do Imperador Shi Zong da Dinastia Ming*, 330º tomo, Novembro do 26º ano do reinado de Jia Jing.
- 33 Ibidem. 350º tomo, Julho do 28º ano do reinado de Jia Jing.
- 34 Zhou Jinglian, *História das Relações Diplomáticas Sino-Portuguesas*, p. 52.
- 35 Vd. Yu Dayou, *Colectânea de Zheng Qi Tang*, 2º tomo.
- 36 Vd. *Estudos sobre os Transportes Antigos no Mar do Sul da China*, pp. 395-396.
- 37 Vd. Xie Jie, *Colectânea de Mapas do Mundo*, 4º tomo.
- 38 He Qiaoyuan [何乔远], *Prosas de Mingshancan [Ming Shan Cang, 《名山藏》]*.
- 39 Zhang Tingyu [张廷玉], *História de Ming Shi [Ming Shi, 《明史》]*, 325º tomo, *Relações com os Fulangjis [Fu Lang Ji Zhuan, 《佛朗机传》]*.
- 40 Gu Zuyou [顾祖禹], *Anotações da Leitura da História [Du Shi Fang Yu Ji Yao, 《读史方輿纪要》]* 100º tomo, Guangdong.
- 41 Zhu Huai [祝淮], *Crónica do Distrito de Heong San [Xiangshan Xian Zhi, 香山县志]* 4º tomo, *Relatórios sobre a Defesa Marítima. The Background of Eastern Sea Power*, p. 142.
- 42 C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East 1550-1770*, Haia, 1948, p. 8.
- 43 Pang Shangpeng [庞尚鹏], *Memorial sobre Assuntos de Defesa de Macau*, *Colectânea de Pang Shanpeng*, 357º tomo.
- 44 Zhang Zhentao [张甄陶], *Notas sobre Mapas de Macau [Aomen Tu Shuo, 《澳门图说》]*.
- 45 Liang Tinnan [梁廷楠], *Registo Alfandegário de Guangdong [Yue Haiguan Zhi, 《粤海关志》]*, 26º tomo, *Mercadores Estrangeiros*.
- 46 Kwan-wai So, *Japanese Piracy in Ming China during the 16th Century*, Michigan, 1975, p. 154.
- 47 Wu Guifang [吴桂芳], *Relatório sobre a Obstrução do Pagamento dos Tributos dos Portugueses em Macau [Yi Zu Ao Yi Jin Gong Shu, 《议阻澳夷进贡疏》]*.
- 48 Zheng Shungong, *Um Olhar sobre o Japão*, 6º tomo, “Comércio do Mar”.
- 49 Vd. *Estudos sobre os Transportes Antigos no Mar do Sul da China*, p. 399.
- 50 Yin Guangren [印光任] e Zhang Rulin [张汝霖], *Monografia de Macau (Ou Mun Kei Leok) [Aomen Ji Lue, 《澳门记略》]*, 1º tomo, Administração.